

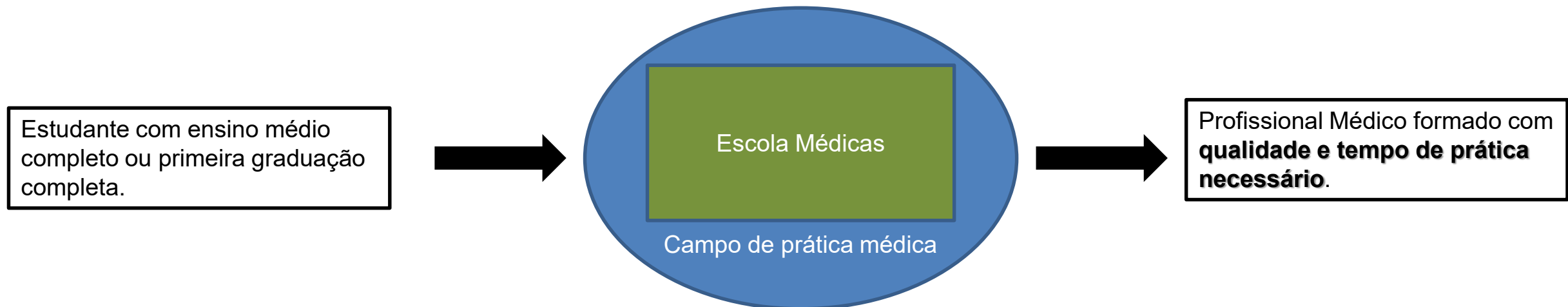


Boletim Informativo SIMAPES

Demanda: campos de prática dos cursos de medicina no Brasil e a contrapartida SUS.

Introdução

- Compreensão do campo de ensino da Educação em Saúde, “Caso Medicina”, com **foco nos campos de prática dos cursos de medicina no Brasil e a contrapartida SUS.**
- Este objetivo só será alcançado a partir do cruzamento de dados dos indicadores que compõem as dimensões da educação e saúde. Ou seja, o trabalho aqui realizado teve grande importância não apenas no resultado gerado, mas também no caminho percorrido.
- Para tal, este boletim informativo está dividido em: introdução; métodos; resultados e conclusões parciais.



Métodos

Coletar, estruturar e apresentar de forma visual e quantitativa de forma estruturada a relação de oferta de campos de prática aos alunos de medicina com base nos requisitos estabelecidos pela pesquisa e constantes nas seguintes bases de dados:

- Leitos SUS: Base de Dados DataSus CNES-LT;
- Vagas autorizadas: Base de Dados eMEC (SERES/MEC), com dados de atos autorizativos;
- EMAD: Base de dados DataSus CNES-EP;
- Equipes de Atenção Básica (incluídas todos os tipos de equipe: ESF – Equipe de Saúde da Família e EAP – Equipe de Atenção Primária);
- Leitos de Urgência, Emergência ou Pronto-Socorro: Base de dados DataSus CNES-ST;
- Programas de Residência: Sistema da Comissão Nacional de Residência Médica – SisCNRM. (Diretoria de Desenvolvimento da Educação em Saúde – DDES/Secretaria de Educação Superior – SESU/Ministério da Educação – MEC);
- Leitos em Hospitais de Ensino ou Unidade Hospitalar: Base de dados DataSus CNES/ST;

Requisitos

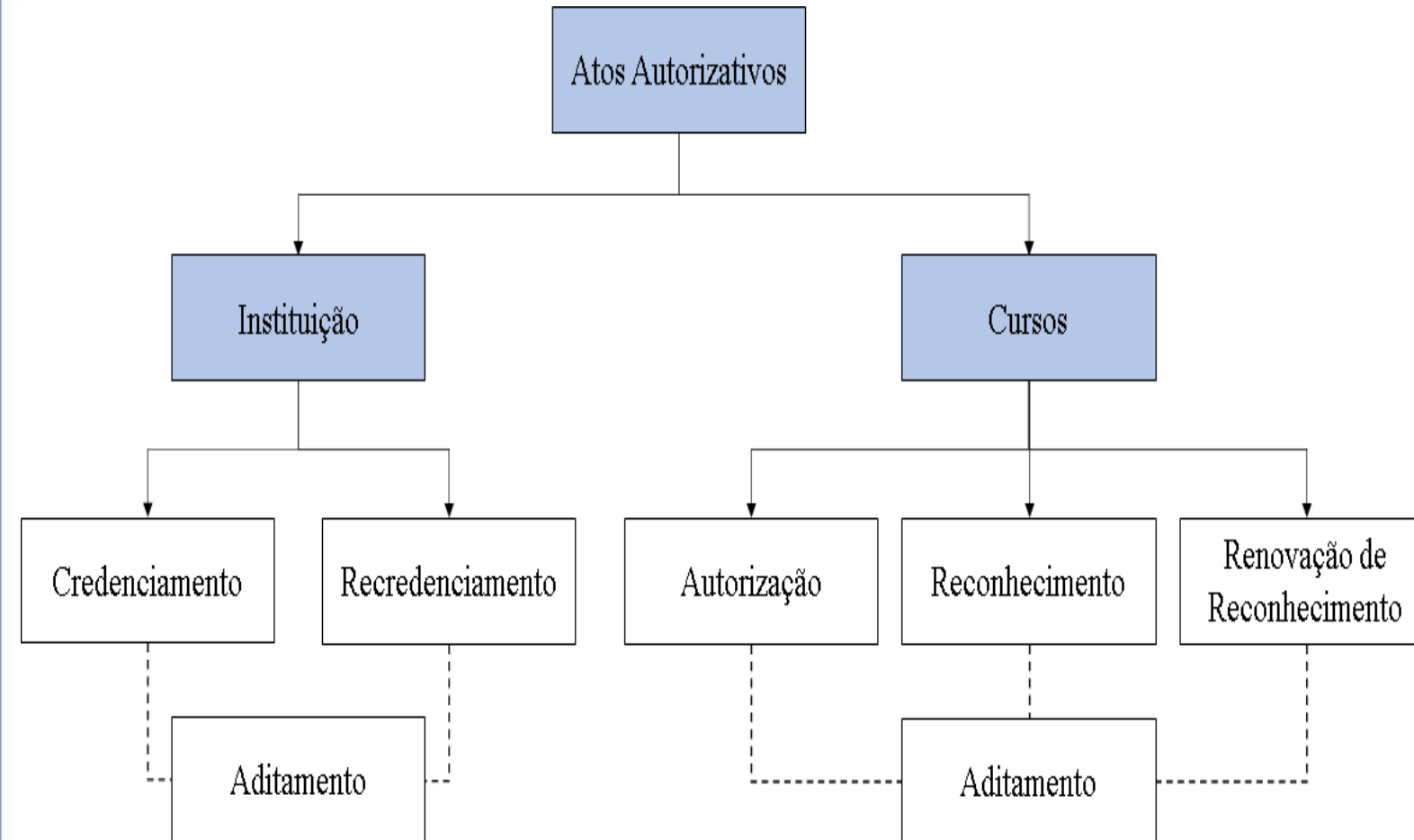


Análise das seguintes normativas:

- Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013;
- Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017;
- Portaria Normativa MEC nº 15, de 22 de julho de 2013;
- Portaria Normativa MEC nº 20, de 21 de dezembro de 2017 (Retificada pela Portaria Normativa MEC nº 741, de 2 de agosto de 2018);
- Portaria Normativa MEC nº 23, de 21 de dezembro de 2017 (Retificada pela Portaria Normativa nº 742 de 3 de agosto de 2018);
- Portaria Normativa MEC nº 24, de 21 de dezembro de 2017;
- Portaria MEC nº 328, de 5 de abril de 2018 (Retificada pela Portaria Normativa MEC nº 1.302, de 4 de dezembro de 2018);
- Portaria Normativa MEC nº 523, de 1º de junho de 2018;
- Instrução Normativa SERES/MEC nº 2, de 26 de dezembro de 2018;
- Portaria Normativa nº 16, de 25 de agosto de 2014.

Requisitos Legais

Tipos de atos autorizativos para instituição e cursos:



O Decreto 9.235/2017 estabelece:
Art. 1º § 1º A **regulação será realizada por meio de atos autorizativos** de funcionamento de IES e de oferta de cursos superiores de graduação e de pós-graduação lato sensu no sistema federal de ensino, a fim de promover a igualdade de condições de acesso, de garantir o padrão de qualidade das instituições e dos cursos e de estimular o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas e a coexistência de instituições públicas e privadas de ensino.

Portaria MEC 20/2017



Art. 24. A análise do pedido de aumento de vagas para cursos de Medicina observará, necessariamente, a estrutura de equipamentos públicos e programas de saúde existentes e disponíveis no município de oferta do curso, observando os seguintes critérios:

I - número de leitos do Sistema Único de Saúde - SUS disponíveis por aluno em quantidade maior ou igual a cinco;

II - existência de Equipes Multiprofissionais de Atenção Domiciliar - EMAD;

III - número de alunos por Equipe de Atenção Básica - EAB menor ou igual a três;

IV - existência de leitos de urgência e emergência ou pronto-socorro;

V - grau de comprometimento dos leitos do SUS para utilização acadêmica;

VI - existência de, pelo menos, três programas de residência médica nas especialidades prioritárias;

VII - adesão pelo município ao Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade na Atenção Básica - PMAQ; e

VIII - hospital de ensino ou unidade hospitalar com mais de oitenta leitos, com potencial para ser certificado como hospital de ensino, conforme legislação de regência.

§ 1º O não atendimento de quaisquer dos critérios listados nos incisos I, III, IV, V e VI deste artigo ensejará o indeferimento do pedido de aumento de vagas do curso de Medicina. (Redação dada pela Portaria Normativa nº 741, de 2018)

§ 2º São considerados programas de residência médica em especialidades prioritárias aqueles em Clínica Médica, em Cirurgia, em Ginecologia-Obstetrícia, em Pediatria e em Medicina de Família e Comunidade.

§ 3º As informações necessárias à avaliação da estrutura dos equipamentos públicos, de cenários de atenção na rede e de programas de saúde serão disponibilizadas pelo Ministério da Saúde - MS, a pedido da SERES.

§ 4º A SERES poderá, para fins de verificação de disponibilidade de estrutura dos equipamentos públicos, de cenários de atenção na rede e de programas de saúde, considerar os dados da região de saúde na qual se insere o município de oferta do curso, ou das regiões de saúde de proximidade geográfica e que apresentam rol de ações e serviços oferecidos à população usuária do município de oferta do curso, conforme definição estabelecida pelo Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011.

Portaria MEC 523/2018



Art. 4º A análise do pedido de aumento de vagas para cursos de Medicina observará, necessariamente, a estrutura de equipamentos públicos e programas de saúde existentes e disponíveis no município de oferta do curso, **na data da informação prestada pelo Ministério da Saúde, independentemente de alterações posteriores nos dados da região de saúde, observando os seguintes critérios:**

I - número de leitos do Sistema Único de Saúde - SUS disponíveis por aluno em quantidade maior ou igual a cinco;

II - existência de Equipes Multiprofissionais de Atenção Domiciliar - EMAD;

III - número de alunos por Equipe de Atenção Básica - EAB menor ou igual a três;

IV - existência de leitos de urgência e emergência ou pronto-socorro;

V - grau de comprometimento dos leitos do SUS para utilização acadêmica;

VI - existência de, pelo menos, três programas de residência médica nas especialidades prioritárias implantados ou em implantação;

VII - adesão pelo município ao Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade na Atenção Básica - PMAQ; e

VIII - hospital de ensino ou unidade hospitalar com mais de oitenta leitos, com potencial para ser certificado como hospital de ensino, conforme legislação de regência.

§ 1º O não atendimento de quaisquer dos critérios listados nos incisos I, III, IV, V e VI deste artigo ensejará o indeferimento do pedido de aumento de vagas do curso de Medicina.

§ 2º São considerados programas de residência médica em especialidades prioritárias aqueles em Clínica Médica, em Cirurgia, em Ginecologia-Obstetrícia, em Pediatria e em Medicina de Família e Comunidade.

§ 3º As informações necessárias à avaliação da estrutura dos equipamentos públicos, de cenários de atenção na rede e de programas de saúde serão disponibilizadas pelo Ministério da Saúde, a pedido da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior.

§ 4º A Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior poderá, para fins de verificação de disponibilidade de estrutura dos equipamentos públicos, de cenários de atenção na rede e de programas de saúde, considerar os dados da região de saúde na qual se insere o município de oferta do curso, conforme definição estabelecida pelo Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011.

Mapa Gestor Simapes



Link do mapa: <http://200.137.215.27/>

Painel de Filtros Aplicar

Competência
2021-12

UF
CE

Existência de Equipes Multiprofissionais de Atenção Domiciliar - EMAD
Todos

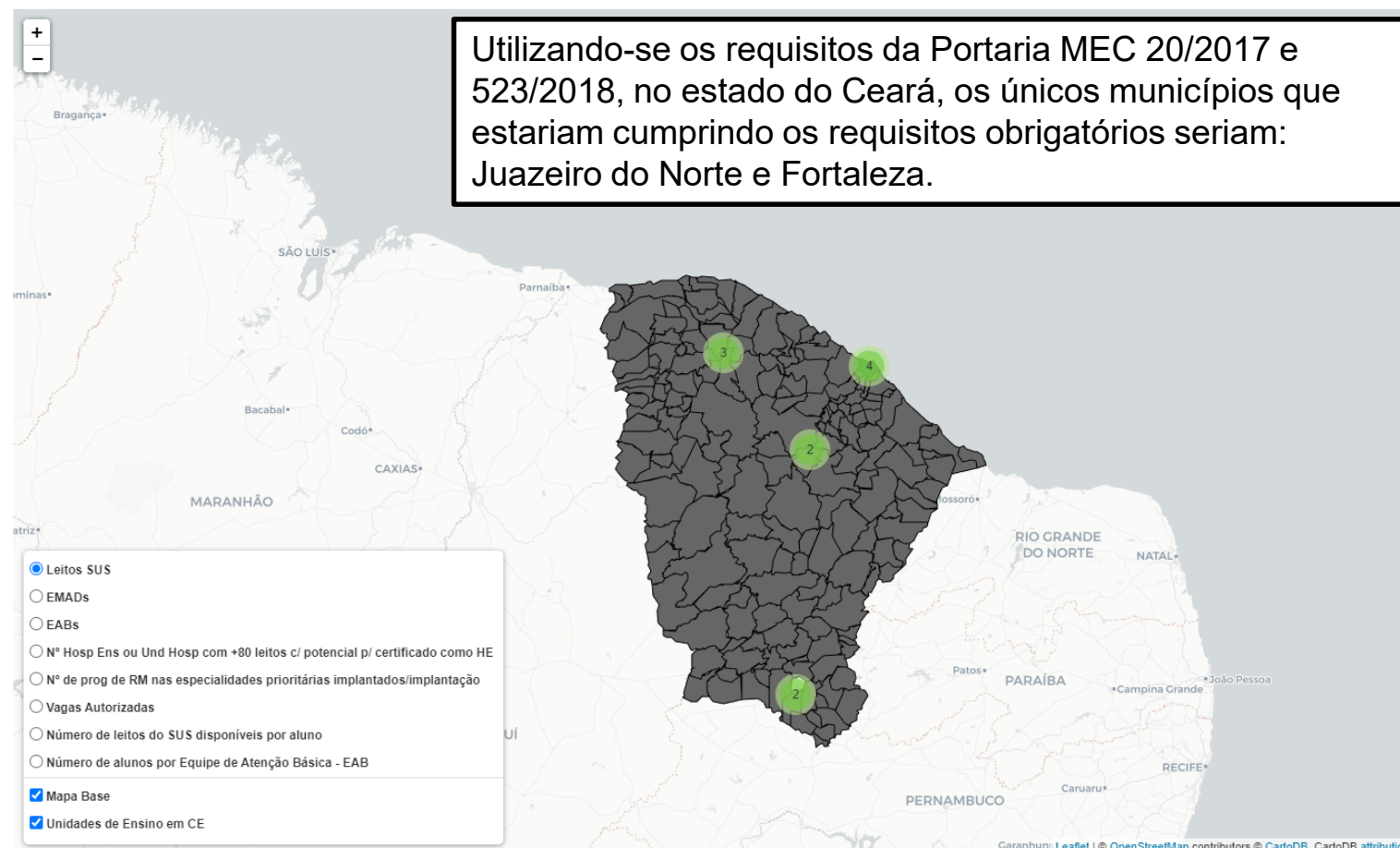
Existência de leitos de urgência e emergência ou pronto-socorro
Sim

Hosp Ens ou Und Hosp com +80 leitos c/ potencial p/ certificado como HE
Todos

Número de leitos do SUS disponíveis por aluno em quantidade maior ou igual a 5
Sim

Número de alunos por Equipe de Atenção Básica - EAB menor ou igual a três
Sim

Nº de prog de RM nas especialidades prioritárias implantados/implantação maior ou igual a 3
Sim

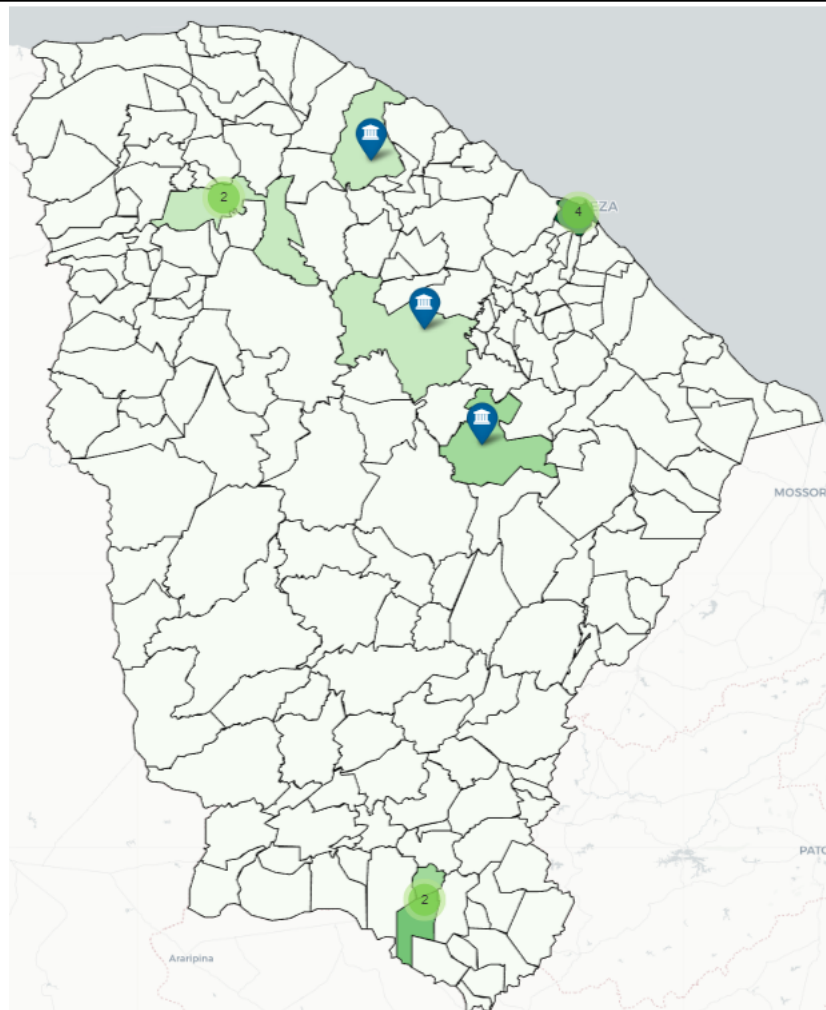


Mapa Gestor Simapes

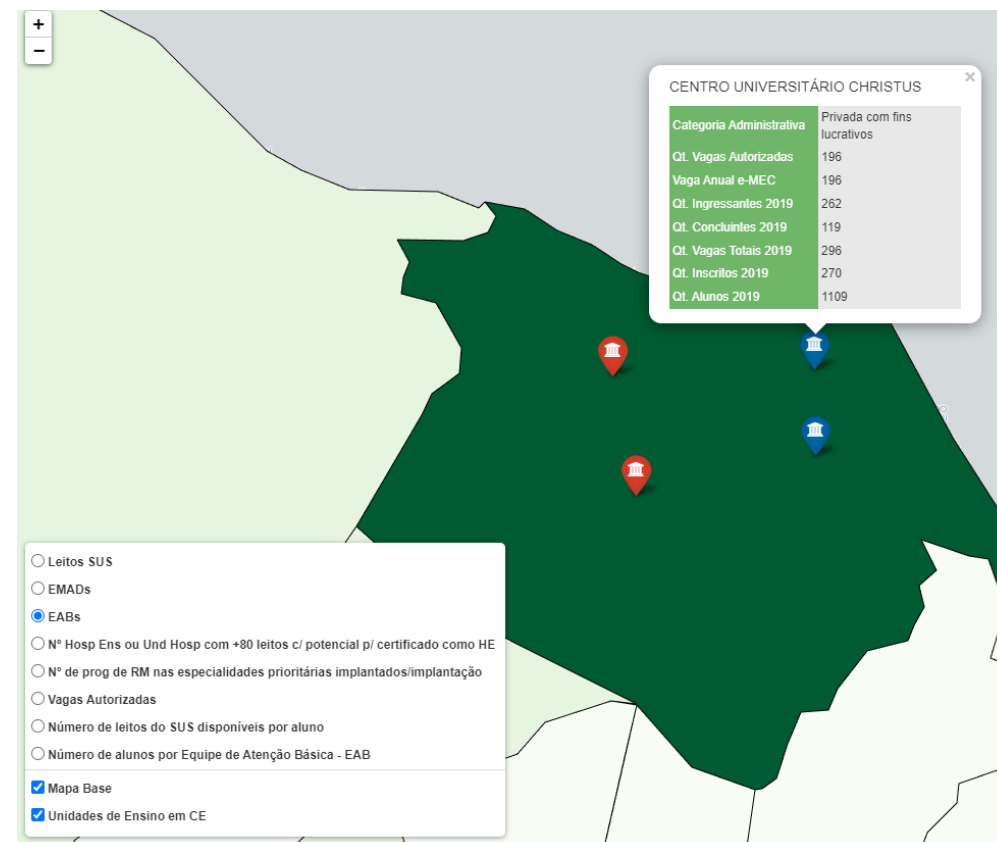


Link do mapa: <http://200.137.215.27/>

Número de Leitos do SUS disponíveis por aluno



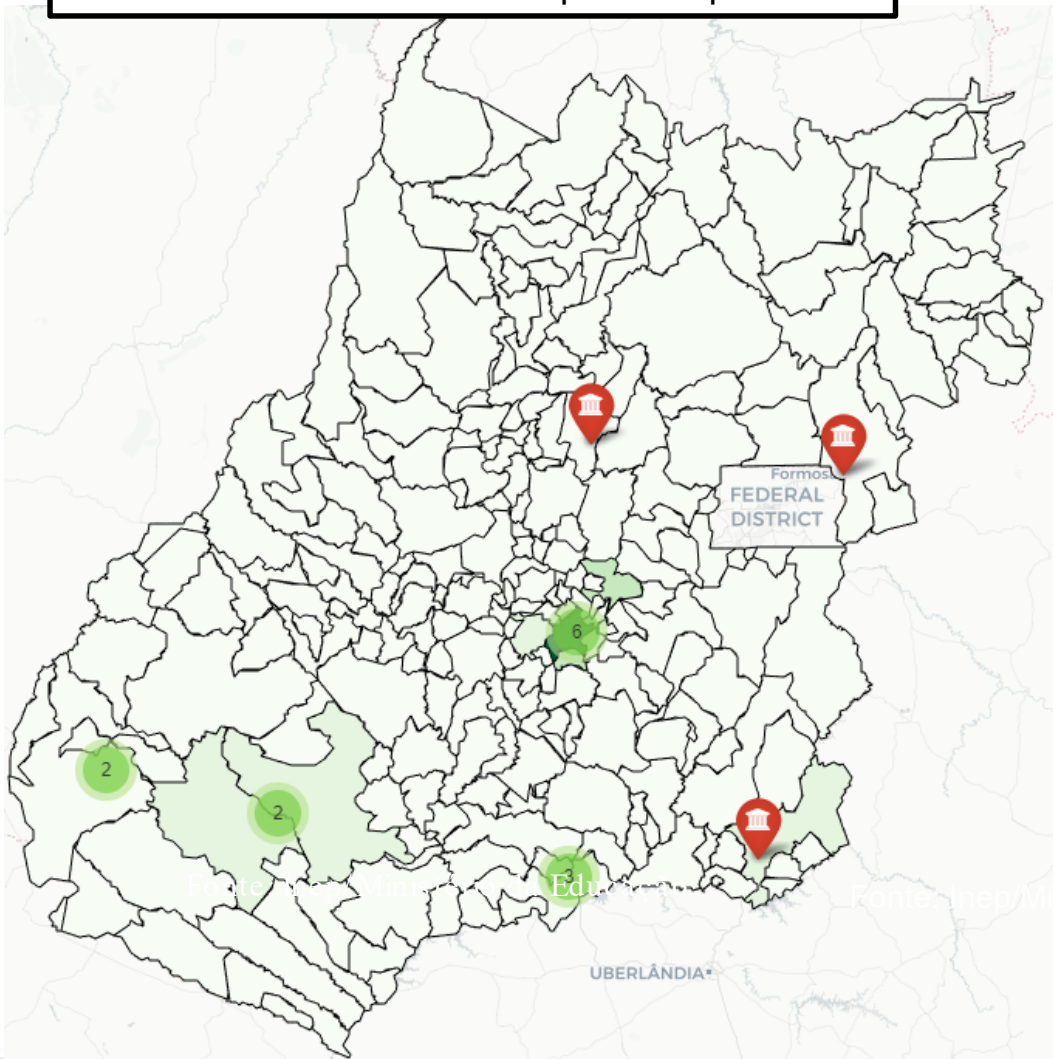
Número de Equipes EAB



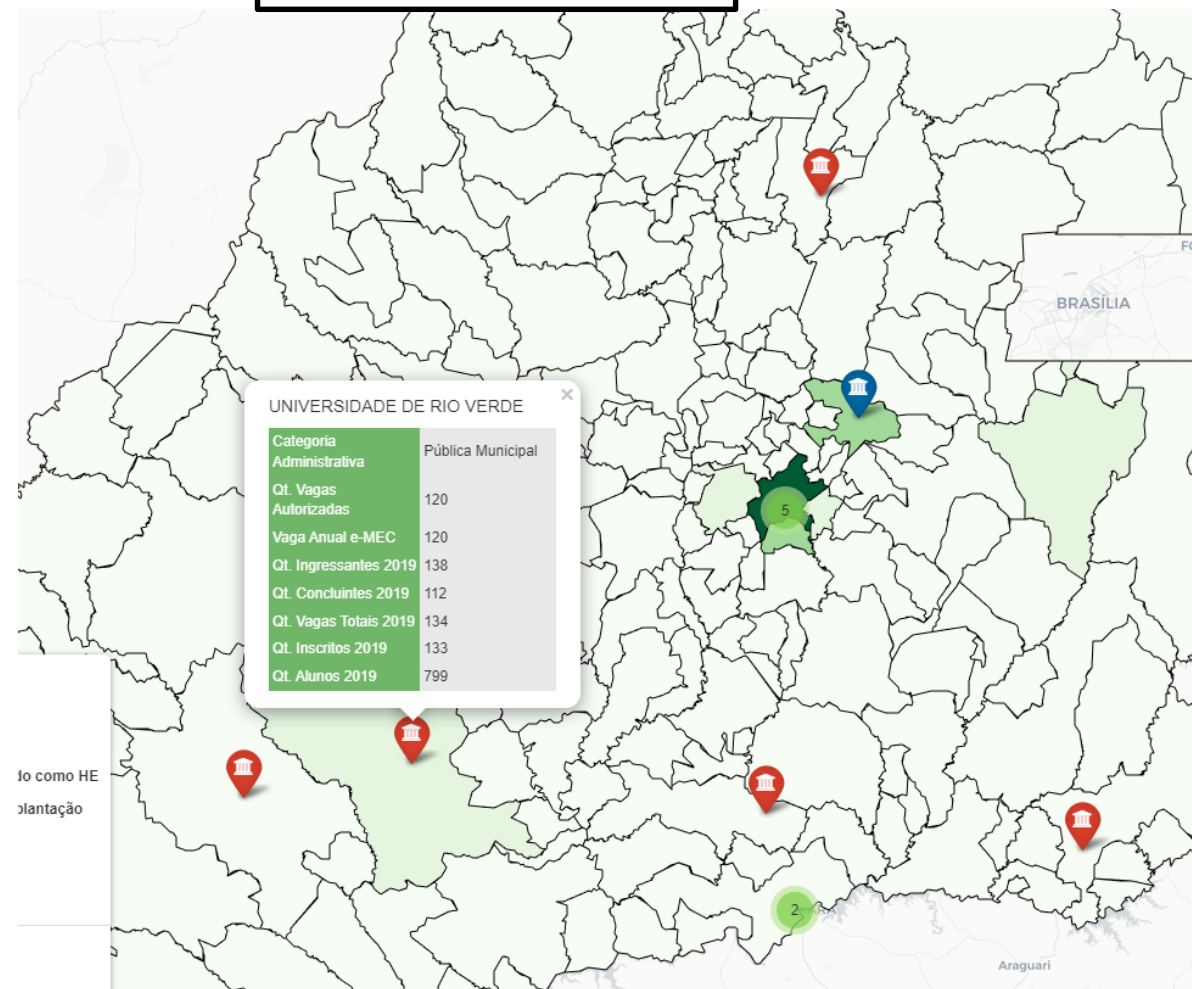
Mapa Gestor Simapes

Link do mapa: <http://200.137.215.27/>

Número de Leitos do SUS disponíveis por aluno



Número de Equipes EAB



Dados CNES



HOSPITALAR



REGIÃO	UF	MACRORREGIONAL	REGIÃO DE SAÚDE	MUNICÍPIO	ANO PRODUÇÃO	ANO/MÊS LEITO
All	All	All	All	All	2022	2022/07



Nº HOSPITAIS	Nº AMBULATORIOS
6,952	372,534



SUS	NÃO SUS
5,303	1,649



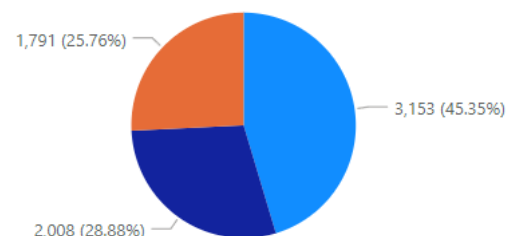
LEITOS			
GERAL		UTI	



EXISTENTE	SUS	EXISTENTE	SUS
506,236	342,880	59,797	30,303

HOSPITAL POR NATUREZA JURIDICA

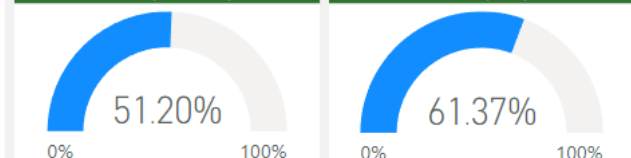
● PÚBLICO ● PRIVADO ● FILANTROPICO



INDICADOR GERAL

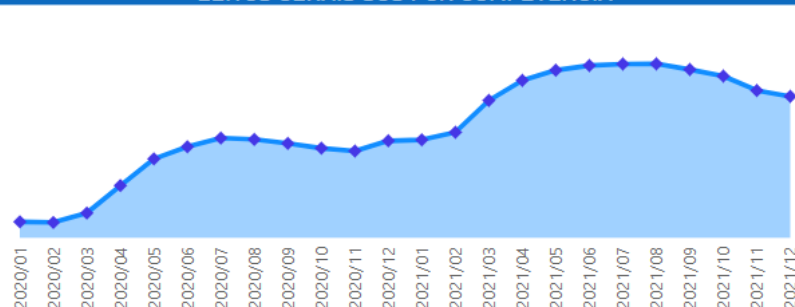
GERAL		UTI	
TMP	TMI	TMP	TMI
5	5.13%	7	21.41%

TOH (GERAL) TOH (UTI)



Nº DE HOSPITAL/LEITO			
PORTE	Nº HOSP	LEITO EXISTENTE	LEITO SUS
1 a 19	1,589	17,025	11,837
100 a 249	1,221	186,213	117,797
20 a 49	2,276	73,862	52,814
250 a 499	279	90,510	65,275
50 a 99	1,543	105,490	68,634
500	44	33,136	26,523
Total	6,952	506,236	342,880

LEITOS GERAIS SUS POR COMPETÊNCIA



INDICADOR POR PORTE

PORTE	TOH GERAL	TMP GERAL	TOH UTI	TMP UTI	TMI GERAL	TMI UTI
1 a 19	9.97%	3	0.74%	2	2.46%	0.00%
100 a 249	61.54%	5	62.48%	7	5.54%	22.49%
20 a 49	20.22%	3	33.78%	6	3.13%	18.83%
250 a 499	70.98%	6	63.87%	7	6.17%	20.85%
50 a 99	38.04%	4	45.72%	7	4.13%	22.94%
500	71.86%	7	69.03%	7	5.87%	17.88%
Total	51.20%	5	61.37%	7	5.15%	21.41%

Dados CNES

UTI



COMPETÊNCIA (ano/mês Leito)

2022/07



ANO DE PRODUÇÃO

2022



UF

All

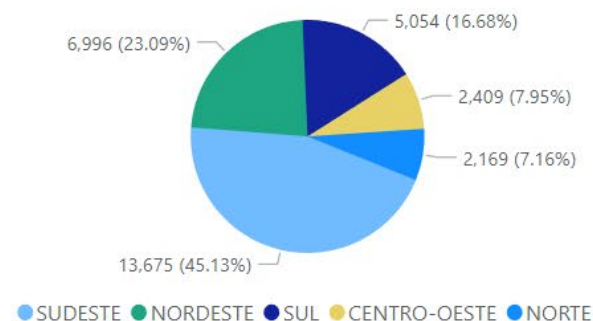
MUNICÍPIO

All

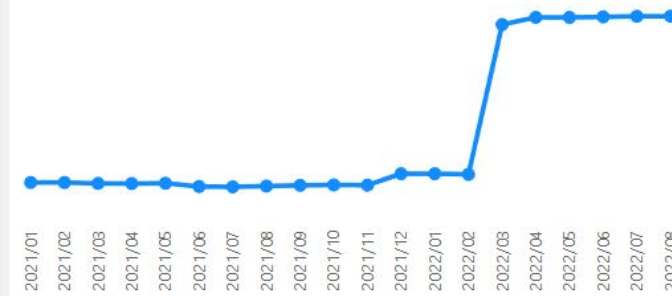


LEITO		INDICADOR	
EXISTENTE	SUS	TOH UTI	TMP SUS
59,797	30,303	61.37%	7
ADU EXIST	ADU SUS	TOH ADU	TMP ADU
42,570	21,823	59.84%	6
PED EXIST	PED SUS	TOH PED	TMP PED
5,825	3,083	55.37%	8
NEO EXIST	NEO SUS	TOH NEO	TMP NEO
9,776	4,883	72.44%	12
UCO EXIST	UCO SUS	TOH UCO	TMP UCO
1,388	356	65.77%	4
QUEI EXIST	QUEI SUS	TOH QUEI	TMP QUEI
59,797	30,303	35.86%	9

UTI POR REGIÃO



UTI POR COMPETÊNCIA



TAXA DE OCUPAÇÃO POR MÊS



INDICADORES



Dados CNES

Ministério da Saúde
Secretaria de Atenção Especializada à Saúde
Departamento de Atenção Hospitalar e Urgência – DAHU
Coordenação-Geral de Urgência - CGURG



Dados CNES

Ministério da Saúde
Secretaria de Atenção Especializada à Saúde
Departamento de Atenção Hospitalar e Urgência – DAHU
Coordenação-Geral de Urgência - CGURG



Aspectos Relevantes



Criação de um comitê temático específico a partir deste GT, com as seguintes definições:

- Estabelecer quem serão os membros participantes.
- Total de encontros para definição dos seguintes objetos:
 1. Integração de bases de dados e-MEC e CNES – compatibilização de requisitos;
 2. Dados quantitativos de equipamentos de saúde para formação ótima de graduandos em medicina;
 3. Dados qualitativos de equipamentos de saúde para avaliação de campos de estágio para formação ótima de graduandos em Medicina;
 4. Matriz de responsabilidades para fornecimento e atualização das bases de dados;
 5. Transparência ativa da proposta de política pública.

OBRIGADO(A)
Equipe SIMAPES